



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento do Patrimônio Imaterial

PARECER DO RELATOR

CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - IPHAN

ASSUNTO: Registro do Bembé do Mercado, Santo Amaro-Bahia.

REFERÊNCIA: Processo IPHAN/DPI/CGIR n. 01450.004789/2014-46

1. INTRODUÇÃO

Começo este parecer relativo ao Processo de Registro do Bembé do Mercado de Santo Amaro (BA), agradecendo ao Diretor do DPI/IPHAN, Dr. Hermano Guanais e Queiroz, por me encaminhar este processo, me dar a honra de atuar como sua relatora e me acompanhar na viagem que, em parte, fundamenta este relato. Tomar contato com esta celebração e com sua história fazem parte das experiências mais ricas e emocionantes que já tive na minha atuação no campo do patrimônio, o que me deu, ainda, a oportunidade de conhecer mais sobre a Bahia e sobre o seu imenso patrimônio cultural e humano.

O relato que apresento ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural baseia-se, principalmente, no Dossiê que instrui o processo de Registro e que resultou de uma profícua cooperação estabelecida entre o IPHAN e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Esta pesquisa, de cunho interdisciplinar, foi coordenada pelo Prof. Dr. Danilo Silva Barata, cineasta e especialista em artes visuais, corpo e patrimônio, e contou com a participação das antropólogas Francesca Arcand, estudiosa dos rituais e das festas, e Thaís Fernanda Salves de Brito, especialista em narrativas, cultura material e patrimônio, e do especialista em cultura musical afro-brasileira, Jorge Luís Ribeiro de Vasconcelos. Completaram a equipe da pesquisa estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da UFRB, dentre os quais cabe destacar Manuela Pereira da Silva, Mãe Manuela de Ogum, que, por seus conhecimentos específicos e vivências relacionadas ao Bembé, atuou também como consultora e facilitadora dos contatos entre a equipe e os vários atores e autoridades religiosas vinculadas a esta tradição (Dossiê de Registro, 2019, p. 14-15).

Este relato é ainda tributário das informações contidas no Parecer Técnico Ad-hoc elaborado pela historiadora Desirée Ramos Tozi, das informações contidas na publicação intitulada Bembé do Mercado, resultante do Registro dessa celebração como Patrimônio Cultural Imaterial da Bahia,¹ e de algumas obras fundamentais sobre o patrimônio e os cultos religiosos afro-brasileiros que serão assinaladas ao longo deste relato. Destaco agora apenas duas, pois foram fundamentais para a construção do entendimento que ora

¹ BAHIA. Secretaria de Cultura. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Bembé do Mercado**. Cadernos do IPAC, 7. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2014.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento do Patrimônio Imaterial

apresento a este Conselho sobre o fenômeno do Bembé: o estudo de Ana Rita Machado, intitulado *Bembé do Largo do Mercado: memórias do 13 de maio* (2009),² e o já clássico livro de Juana Elbein dos Santos, *Os Nagô e a Morte* (1986).³ Completam as fontes utilizadas as minhas próprias impressões sobre as etapas finais do Bembé, entre os dias 17 e 19 de maio último, e conversas informais que mantive com alguns de seus atores fundamentais, dentre os quais destaco o Sr. José Raimundo Lima Chaves, o Babalorixá Pai Pote, atual líder da organização dessa celebração; o Sr. Gerivaldo Caldas Oliveira, o Babakekerê Geri; Maria Eunice Martins Luz, D. Nicinha do Samba, e a historiadora Ana Rita Machado, além das que mantive com o coordenador e membros da equipe responsável pela instrução deste processo.

Por fim, gostaria de agradecer à Coordenadora de Registro, Marina Lacerda, pela presteza com que buscou informações de última hora que foram essenciais para a composição desse parecer; ao Superintendente do Iphan na Bahia, Bruno Tavares, pelo apoio logístico à nossa viagem, assim como à Chefe da Divisão Técnica desta unidade, Flor-de-Lis Cardoso, que nos acompanhou nos péréplos por Santo Amaro, Cachoeira e São Felix. Por fim, um agradecimento especial a Nalva Santos, técnica do Iphan Bahia, conhecedora e participante dessa celebração, cujos aportes e informações foram também fundamentais para a conformação deste relato.

2. O PROCESSO DE REGISTRO

O competente e bem fundamentado parecer técnico de Desirée Tozi nos informa que a solicitação do Registro do Bembé do Mercado de Santo Amaro foi apresentada em 2013⁴ pela Associação Beneficente e Cultural Ilê Axé Ojú Onirè, representada pelo seu Presidente, José Raimundo Lima Chaves, o Pai Pote. Este pedido foi acompanhado por assinaturas de protagonistas desse bem cultural e de moradores da cidade de Santo Amaro – documento de anuência que, posteriormente, foi complementado com as assinaturas de 41 lideranças religiosas da região (Parecer ad-hoc, p. 1).

Este pedido de Registro foi examinado pela Câmara do Patrimônio Imaterial, em abril de 2016, que o considerou pertinente, mas reforçou, em consonância com a Nota Técnica

² MACHADO, Ana Rita de Araújo. *Bembé do Largo do Mercado: Memórias do 13 de maio*. Salvador. 2009. 133f. Dissertação (Mestrado) - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (PÓS-AFRO) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2009.

³ SANTOS, Juana Elbein dos. *Os Nãgô e a Morte: Pàde, Àsèsè e o Culto Égun na Bahia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

⁴ Mediante o Ofício n. 08/2013.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento do Patrimônio Imaterial

14/2016 do DPI que apreciou inicialmente esta solicitação, a necessidade de complementação de informações. A pesquisa realizada pela equipe da UFRB, consubstanciada no Dossiê para o Registro do Bembé do Mercado como Patrimônio Cultural do Brasil, complementou sobejamente e adequadamente essas informações. O exame geral dos documentos que fazem parte do processo permitem comprovar que há dados suficientes para a apreciação do Registro do Bembé do Mercado de Santo Amaro pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, bem como atestar que foram cumpridas as exigências do Decreto nº 3.551/2000 e os requerimentos da Resolução n. 01, de 03 de agosto de 2006, que regula a instauração e instrução de processos dessa natureza. O presente processo foi ainda examinado em seus aspectos jurídicos pela Procuradoria Federal no Iphan,⁵ assim como foi publicado o Aviso sobre o Registro do Bembé do Mercado no Diário Oficial.⁶

3. O BEMBÉ.

Contexto histórico

Em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, a palavra “Bembé” designa genericamente “Candomblé” (Dossiê de Registro, p. 9) e, assim, na linguagem local, “Bembé do Mercado” significa o Candomblé que é realizado anualmente por um conjunto de terreiros no Largo do Mercado desta cidade, celebração da qual participam diversos outros centros de culto sediados da região do Recôncavo Baiano, em Salvador e também de outros estados do país. Mas se há consenso sobre o sentido local da palavra Bembé, o mesmo não pode ser dito quanto à sua procedência africana. O Dossiê de Registro (p. 9-10) informa que em Angola há uma região com este mesmo nome e que, em Cuba, há uma festa onde a dança, o toque dos atabaques denominados “bembé” e o vínculo com as *santerias* – os terreiros cubanos – estão presentes. A possível origem yorubá/fon da palavra é, por outro lado, reforçada pela historiadora Ana Rita Machado (BAHIA, p. 42), que a associa também a um tambor que é utilizado nas cerimônias do Gélèdè, nas quais são cultuadas divindades femininas.

Esse “Candomblé de rua”, em sua face cívica e política, celebra, na data da Abolição da Escravatura no Brasil, a liberdade e a luta travada, desde então, por igualdade, por inserção justa e digna na sociedade nacional, por oportunidades iguais de trabalho e contra o preconceito racial que ainda persiste no País. Em sua face religiosa, o Bembé celebra os antepassados que preservaram, em condições adversas e hostis, as heranças culturais provenientes de várias regiões da África, adaptando-as a essas condições, renovando-as

⁵ Parecer n. 00179/2019/PROC/PFIPHAN/PGE/AGU.

⁶ DOU n. 107, de 05/06/2019.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento do Patrimônio Imaterial

e recriando-as em celebrações como esta. Celebra também as divindades que protegeram os egressos da escravidão em sua luta imediata e desassistida pela sobrevivência num território, como o Recôncavo Baiano, onde não possuíam nada. Divindades que protegem ainda a existência de todos os que se abrem a elas. Em particular, o Bembé do Mercado celebra Iemanjá, a senhora dos mares, protetora dos pescadores e daqueles que, desde os tempos da escravidão, sem terra para plantar, voltaram-se para o mar como fonte de alimento e de obtenção de renda. O Bembé é, assim, uma obrigação religiosa e uma retribuição por graças alcançadas, tanto no plano individual quanto no coletivo, já que é realizado também, como veremos adiante, para a proteção da cidade de Santo Amaro.

Mas em que contexto e em quais circunstâncias surgiu o Bembé?

A vila e a cidade de Santo Amaro da Purificação são produtos do cultivo de cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano, que começou no século XVI. Surgido a partir da implantação do Engenho Real de Seregipe, em 1563, o núcleo urbano tornou-se uma praça de comércio importante devido à sua localização privilegiada. Situado à margem do rio Subaé, possibilitava acesso fácil à Baía de Todos os Santos e, assim, a Salvador e ao seu porto, por onde se escoava a produção agrícola da Bahia e de outras regiões próximas. Além de produtora importante de açúcar e, em seguida de fumo, Santo Amaro, junto com outras cidades do Recôncavo, abastecia também a Capital com outros gêneros agrícolas (Dossiê, p. 20-21).

Todo esse complexo produtivo era movido, como se sabe, pela mão de obra escravizada, formada por levas de homens e mulheres provenientes de várias regiões da África, inicialmente de Angola, depois da chamada Costa da Mina, além de outras áreas. A dependência desse complexo produtivo da mão de obra escravizada sempre foi enorme, não sendo, portanto, estranho, encontrar no Recôncavo e em Santo Amaro as resistências mais aguerridas à abolição da escravatura. As crises e mesmo o declínio da produção açucareira pouco mudaram a disposição escravagista dos senhores de terras locais, que, como aponta o Dossiê de Registro do Bembé, para resistirem à abolição fundaram, em 1884, a Liga da Lavoura e do Comercio com o objetivo de resistir a qualquer projeto de lei que libertasse os escravos e desrespeitasse, sem compensação de indenização, o que consideravam o seu direito de propriedade (Dossiê, p. 22-23).

Durante período da escravidão, conforme aponta o historiador baiano João José Reis,⁷ por meio de várias estratégias, pessoas escravizadas, em especial os chamados “escravos de ganho”, negociavam “espaços de liberdade”, principalmente no meio urbano, para o desenvolvimento de atividades geradoras de renda como a venda de peixes, mariscos e doces, onde também exercitavam formas de sociabilidade e estreitavam laços de

⁷ REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento do Patrimônio Imaterial

solidariedade. Por essas vias, e também por outras, é que foram se formando as redes de apoio mútuo e de ação política construídas pelos escravizados, que, após a Abolição, foram essenciais para sua sobrevivência. Como aponta Desirée Tozi no seu parecer:

“A investigação que a equipe de pesquisa realizou nos jornais de Santo Amaro, impressos nos séculos XIX e XX, mostra o clima de transformação política e urbana pelo qual passava a cidade no período que antecedeu a abolição da escravatura, demonstrando como a população negra ocupava o espaço público (através do comércio) apesar do lugar de subalternidade e preconceito que a imprensa insistia em lhe destinar” (Parecer, p. 5)

Depois do Treze de Maio de 1888 pouco ou quase nada mudou na vida dos então egressos da escravidão. Mantidos nos antigos trabalhos em troca, basicamente, de casa e comida ou postos na rua sem qualquer compensação, ampararam-se nas redes de solidariedade e apoio já formadas, principalmente as ligadas a atividades profissionais e religiosas que, a duras penas, haviam conseguido construir. A narrativa oral dá conta que no dia da celebração do primeiro aniversário da Abolição, portanto em 1889, João de Obá, pai-de-santo e liderança religiosa, acompanhado por pescadores, filhos e filhas de santo, montou e bateu um candomblé na Ponte do Xaréu, localizada bem no centro de Santo Amaro e, portanto, próxima à sua zona comercial e habitacional da elite santamarense (Dossiê, p. 44).

Conta-se que esse Candomblé, que durou três dias, foi finalizado com um presente para a Mãe d'Água (Dossiê, p. 7). Esta iniciativa de João de Obá – cujo nome indica o seu vínculo com Xangô, divindade do fogo, zelador da justiça e antigo rei da cidade de Oyó⁸ – teve claramente intenções religiosas e políticas. Do ponto de vista religioso, esse gesto de João de Obá constituiu, sem dúvida, um agradecimento, uma retribuição às forças divinas pela liberdade e também pela sobrevivência, a despeito do abandono a que foram submetidos os libertos após a Abolição (Dossiê, p. 42). No aspecto político, correspondeu a um gesto de coragem e de afirmação do direito do povo negro de ter lugar e de existir no espaço público da cidade, de celebrar, a seu modo, o fim da escravidão e de afirmar sua religião de modo independente (Dossiê, p. 5). A coragem desse gesto torna-se patente quando se leva em conta o que diz o saudoso professor baiano Ubiratan Araújo, conforme consta no Dossiê de Registro do Bembé:

“14 de maio de 1888 começava uma nova luta para o povo negro de Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo canavieiro da Bahia. Os ex-senhores de escravos, inconformados com a lei da abolição, proclamavam aos quatro ventos que nada havia mudado e pressionavam suas lideranças parlamentares para que a dita lei fosse revogada (...) [eles] mobilizaram o aparelho policial (...) para tolher os movimentos da população, de modo a reter uma força de trabalho disponível em regime

⁸ Na atual Nigéria.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento do Patrimônio Imaterial

de cativoiro (...). Deles se dizia em verso popular: ‘Nasceu periquito, morreu papagaio, não quero conversa com treze de maio’. (ARAÚJO, 2003, p.1, apud Dossiê, p. 40-41).

Embora a documentação histórica seja escassa, narra-se que, durante anos, o Bembé ocorreu na Ponte do Xaréu (Dossiê, p. 44). Contudo, isso não significa que o clima de tensão entre libertos e a elite local tivesse acabado com a assinatura da lei Áurea (Dossiê, p. 5). De todo modo, é possível que tenha sido realizado em outros pontos da cidade até se fixar no Largo do Mercado Municipal a partir do final dos anos 1930 (Dossiê, p. 45).

As notícias históricas sobre quando o Bembé passou a ser celebrado no Mercado Municipal não são muito precisas. Embora um primeiro mercado tenha sido construído no mesmo lugar do atual às margens do Rio Subaé (Parecer Ad-hoc, p. 5), somente com a conclusão da sua reconstrução, provavelmente em 1938, é que a festa passou a ser realizada neste local (Dossiê, p. 8). Notícias mais precisas, contudo, dão conta de que, em 1941, as feiras realizadas às segundas-feiras vinham crescendo muito, o que consolidou este largo como o coração do comércio local (Dossiê, p. 35). Como visto, desde os tempos da escravidão, o comércio nas ruas e nas feiras constituíam espaços de relativa liberdade para os cativos e, certamente, essa foi uma das razões de os organizadores do Bembé terem constituído o Largo do Mercado como o lugar dessa celebração, que afirma a liberdade e toma posse, por vários dias, da área mais importante da cidade. Mas há ainda a possibilidade de uma razão religiosa, pois o orixá Exu é também uma divindade vinculada ao comércio. Conforme assinala-se no Dossiê de Registro do Bembé (p. 54): “Como senhor do comércio e dos caminhos, é quem libera a fatura, é ele quem guarda a cidade, a festa e os fiéis. É porque ele assim o deseja e ali se assenta que, segundo os adeptos do Candomblé em Santo Amaro, que o Bembé passou a ser batido no Mercado” (Dossiê, p. 54). Esse vínculo de Exu com as praças de comércio é também confirmado pelo Bará do Mercado da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O espaço localizado exatamente no centro do Mercado Público Central dessa cidade é definido pelo povo de santo gaúcho como morada da divindade Bará, uma qualidade de Exu, e nele, anualmente, realiza-se a cerimônia religiosa denominada “Passeio” (Dossiê, p. 146).

As cerimônias do Bembé

O Dossiê de Registro (p. 105-113) descreve o Bembé como um conjunto de cerimônias estruturadas em três grupos correspondentes à sua natureza e função. O primeiro diz respeito aos rituais propiciatórios iniciais que ocorrem no final do mês de abril e correspondem, genericamente, à preparação da celebração. Estes se desenvolvem no terreiro que está responsável pela organização do Bembé, sob a liderança do pai ou da mãe de santo. Atualmente, essa liderança é exercida por Pai Pote, Babalorixá do Terreiro Ilê Axé Ojú Onirè, mas congrega membros de outras casas de Candomblé, o que torna o Bembé uma celebração igualmente de conagração do povo de santo. Desses rituais



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento do Patrimônio Imaterial

iniciais participam apenas pessoas iniciadas e eles se destinam a pedir autorização aos antepassados para a realização do Bembé e também a consultá-los sobre como a celebração deverá ser realizada no ano em causa. Por meio da realização do jogo divinatório (obi), os antepassados que criaram e zelaram pela continuidade dessa festa ao longo dos anos estabelecem como as oferendas devem ser efetuadas e como, especificamente, deve ser organizada e programada. O pedido de licença aos antepassados e aos mais velhos é, portanto, parte do que se pode chamar de estrutura fundamental do Bembé (Dossiê, p. 107-109).

O segundo grupo de cerimônias, que tem início após a consulta e homenagem aos antepassados, mas se estende ao longo de toda a celebração, diz respeito aos rituais dedicados a Exu e que obrigatoriamente devem ser realizados antes das cerimônias públicas do Candomblé. Como explica a antropóloga e profunda estudiosa da liturgia ketu-nagô, Juana Elbein dos Santos (1986, p. 184-185),⁹ neste tipo de ritual, que é denominado *Pàdê* (ou Padê), Exu é invocado e rogado para que proteja os fiéis e propicie o “feliz desenrolar das celebrações”. Para tanto, oferendas são feitas e confiadas a ele para que as despache aos antepassados e genitores míticos, que, em conjunto, conferirão a proteção desejada.

No Bembé do Mercado de Santo Amaro, as oferendas a Exu se dão no espaço público e têm também o sentido de estabelecer na cidade um território sagrado e protegido para a realização das celebrações às quais todos têm acesso (Dossiê 112-113). Esses rituais objetivam, além de proteção, comunicação com as divindades e o bom andamento da celebração, garantir que quem venha assistir ao Bembé não promova conflitos (Dossiê, p. 113). Para tanto, são colocadas oferendas nas entradas da cidade, nas ruas de acesso e, por fim, no próprio Mercado. Esses rituais, como explica Babakekerê Geri (Dossiê, p. 113), propiciam a formação de um “círculo protetor” em volta do espaço sagrado que é armado no Mercado e onde se desenrolam os rituais que compõem o terceiro grupo de cerimônias do Bembé. Antes delas são também realizados Padês, a fim de que transcorram sem percalços. Os rituais para Exu nas entradas e ruas de Santo Amaro são também restritos aos iniciados e permitem perceber que a própria cidade é transformada em um grande terreiro de candomblé, pois, nesses sítios, as entradas são também protegidas por essa divindade, que protege, ademais, os limiares dos santuários principais.

Os terreiros de candomblé mais antigos e tradicionais de nação ketu-nagô – tradição que, presentemente, fornece a base litúrgica do Bembé –, conforme já descrito por diversos autores, são constituídos por diversas edificações de uso religioso, bem como por outras de uso mais mundano e cotidiano, além de áreas verdes, com distintos graus de

⁹ Ver referência na Nota 3.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento do Patrimônio Imaterial

possibilidade de acesso por parte do público não iniciado. Nessas áreas de “mato”,¹⁰ quando existem, estão localizadas árvores sagradas, santuários e assentamentos vinculados às divindades do ar livre e também a flora cujas folhas são indispensáveis aos rituais. No que diz respeito às edificações de uso religioso, há sempre uma que pode ser identificada como templo principal, onde estão localizados outros santuários, o espaço para recolhimento durante a iniciação e a cozinha ritual onde são preparadas as comidas sagradas. De modo integrado ou não a este templo,¹¹ encontra-se o salão das cerimônias públicas, denominado de “Barracão”. Este espaço pode ser visto como o centro de todo o sítio, pois nele está plantado o axé do terreiro. Na Santo Amaro transformada num terreiro pelo Bembé, o Barracão é instalado no Mercado Municipal. Antes, entretanto, de passar à sua descrição, é importante uma breve digressão sobre o que significa axé nas religiões afro-brasileiras.

Juana Elbein dos Santos (1983, p. 39), autora a quem recorro mais uma vez, nos informa que o conteúdo mais precioso de um terreiro é o axé. Nas suas palavras, axé é a “força que assegura a existência dinâmica, que permite o acontecer e o devir”, pois, sem axé, “a existência estaria paralisada, desprovida de toda possibilidade de realização”. Juana Elbein nos explica ainda, nesta mesma passagem, que “como toda força, o axé é transmissível; é conduzido por meios materiais e simbólicos” e é “acumulável”. Assim, segundo esta autora, o axé de um terreiro é “um poder de realização”, cuja força é contida e transmitida através de certos materiais e substâncias, cuja composição é determinada pelo oráculo quando este é “plantado” ou revitalizado (SANTOS, 1983, p. 43).

O Barracão do Mercado de Santo Amaro é erguido alguns dias antes da realização do terceiro grupo de cerimônias do Bembé, correspondente às cerimônias públicas ou ao Candomblé de rua propriamente dito. Trata-se de um recinto desmontável feito em estrutura de madeira, armado sob a cobertura do Mercado, que é vedado com pranchas desse material até mais ou menos 1,20 m e ornado com folhas de pindoba, uma palmeira comum na região. Há apenas uma entrada principal que, como ocorre nos barracões dos terreiros, é também guardada por Exu. A consagração desse espaço, refeita anualmente, ocorre na madrugada do primeiro dia das festas públicas, quando se “planta” o axé mediante a inumação no piso do Mercado, no centro do Barracão, das substâncias e objetos que atualizam e revitalizam o axé deste terreiro instalado em Santo Amaro para a celebração do Bembé (BAHIA, 2014, p. 45).

A consagração do Barracão do Bembé se completa com a instalação da “cumeeira”, um mastro de madeira dotado de uma superfície plana em seu topo, onde se instala, do mesmo

¹⁰ As áreas verdes dos Candomblés são denominadas de “mato” na Bahia.

¹¹ BASTIDE, Roger. Estudos Afro-brasileiros. São Paulo: Editora Perspectiva, 1983.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento do Patrimônio Imaterial

modo que nos barracões dos terreiros de candomblé, o axé da divindade que é a dona da “casa”, neste caso, Xangô. A função desse elemento, também denominado de “ixé” (BAHIA, 2014, p. 45) ou de “poste central” por Roger Bastide (1983, p. 328-333), é marcar o centro simbólico do terreiro, expressar a refundação do mundo e permitir a ligação entre o plano em que vivemos – o Aiyê – e o das divindades – o Orum –, possibilitando o contato entre deuses e homens. É em torno desse elemento que os filhos e filhas de santo dançam para saudar orixás. Após os atos de consagração do Barracão do Bembé realiza-se o Padê de Exu, com oferendas depositadas nas quatro entradas do Mercado que lhe dão acesso (Dossiê, p 113).

O terceiro grupo de cerimônias do Bembé, às quais todos têm acesso, desenvolve-se a partir da madrugada em que se consagra o Barracão, com a realização neste espaço, na noite seguinte, de um Xirê dedicado a Xangô. Segundo Pai Pote, esta cerimônia, que corresponde ao ritual em que se toca, canta e dança para os orixás, sempre ocorre nas celebrações anuais do Bembé, pois Xangô é o dono da cumeeira. Dependendo do dia da semana em que cai o Treze de Maio, outros Xirês, dedicados a outros orixás, podem ocorrer, como foi o caso do Bembé de 2019, quando na quinta-feira foi realizado um Xirê para Oxóssi. Mas o ponto culminante das cerimônias públicas do Bembé ocorre sempre nos sábados e domingos seguintes a esses rituais públicos. Na noite de sábado, os presentes para Iemanjá e Oxum, que são preparados no terreiro responsável pela coordenação da celebração, são levados, em grandes balaios ornamentados, desse terreiro ao Barracão do Mercado e depositados em mesas próximas à cumeeira. Em seguida, há homenagens a autoridades religiosas e políticas e, por fim, realiza-se o Xirê das divindades femininas, as Ayabás.¹² Presentes ofertados por pessoas que participam do Bembé também são colocados na “casa” de Iemanjá, que é sempre erguida ao lado do Barracão e onde se encontra a sua imagem. No domingo, após a realização de um último Xirê, os presentes são levados de caminhão para a praia de Itapema onde são depositados no mar. Antes, contudo, o caminhão com os presentes percorre várias ruas de Santo Amaro associadas a pessoas de santo e a lugares de culto, dá três voltas em torno da matriz de Nossa Sra. da Purificação, e segue para Itapema.

O Padê de Exu sempre precede os Xirês, pois esta divindade, além de protetora, realiza a comunicação entre os homens e os deuses. Este último grupo de cerimônias, segundo a historiadora Ana Rita Machado, é denominada de “orô do orixá”, pois corresponde aos ritos destinados a reatualizar o axé dos orixás Iemanjá e Oxum (BAHIA, 2014, p. 45).

Como está assinalado no Dossiê de Registro (p. 102-103), o Bembé assume, no seu conjunto, a “mesma forma ritual dos cultos do Candomblé”: primeiramente com a

¹² Essas divindades femininas podem também ser chamadas de Iyábás.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento do Patrimônio Imaterial

consulta ao oráculo e aos antepassados; em seguida, com as oferendas a Exu para que canalize a força sagrada dos ritos e garanta o sucesso da celebração e, por fim, com a festa propriamente dita, o Xirê, onde, alimentadas e saciadas, as divindades dançam e estabelecem contato com os mortais. Entretanto, o contato com as divindades, via possessão, não acontece no Barracão do Mercado. Apesar da consagração desse espaço, o fato de ser uma área com grande circulação de pessoas e, portanto, de energias não controladas, bate-se o candomblé de um modo especial a fim de que as divindades não se manifestem em seus filhos. Em outros momentos mais resguardados do Bembé, contudo, e na praia, quando da entrega dos presentes, a possessão pode ocorrer (Dossiê, p. 103).

Descontinuidades e continuidade do Bembé

As notícias dão conta de que o Bembé não foi realizado apenas três vezes desde 1889, em consequência de proibições estabelecidas pela força policial a serviço de membros da elite de Santo Amaro, eventualmente incomodados com a festa (Dossiê, p. 59). A essas proibições – que aconteceram na primeira década do século XX, em 1958 e 1989 (Dossiê, p. 58-59) – são associadas a ocorrências de acidentes e de verdadeiras tragédias na cidade, como o incêndio das barracas de venda de fogos que se alastrou pelo Mercado e matou diversas pessoas, em 1958, e como a forte enchente do Rio Subaé que a atingiu em 1989 (Dossiê, p. 60). Essas tragédias, contudo, não são vistas pelos protagonistas do Bembé como vingança dos santos, mas como desgraças que poderiam ter sido evitadas por meio do fortalecimento dos orixás que o Bembé realiza, particularmente Iemanjá. Com isso, como observa Ana Rita Machado (2009, p. 11, apud Dossiê, p. 82), o Bembé consolidou-se como uma obrigação de santo que é vista como imprescindível para o bem-estar de Santo Amaro.

Apesar da documentação escassa, a história do Bembé, ao longo de mais de um século, pode ser traçada a partir desses eventos trágicos que a pontuaram, mas, principalmente, a partir dos seus organizadores que, em sucessivas gerações, foram passando de uns para outros o bastão dessa responsabilidade. Essa sequência começa, como já assinalado, com João de Obá, que foi substituído, possivelmente, pelo ogã Menininho, que era pescador e cuidou da festa durante as décadas de 1920 e 30 (Dossiê, p. 58). A próxima notícia informa que o Babalorixá do Ilê Erume-Fá, Euclides Silva, conhecido como Pai Tidú, tornou-se o responsável pela festa após o incêndio em 1958, quando a celebração voltou para o Largo do Mercado (Dossiê, p. 62). Pai Tidú coordenou o Bembé por três décadas e, segundo Ana Rita Machado (2014, apud Dossiê, p.62), teria sido ele o responsável pela forma mais próxima da liturgia do Candomblé que a celebração assumiu a partir de então. Devido a problemas de saúde, nos anos 1990, Pai Tidú passou a coordenação para Mãe



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento do Patrimônio Imaterial

Donália, e, do final dessa década até meados da seguinte, Mãe Lídia, que já havia assumido temporariamente a liderança da celebração em 1993, tornou-se a responsável. Aponta-se que sob sua influência, o Barracão do Bembé tornou-se mais parecido com o dos terreiros, com a incorporação de bandeirolas, folhas de mariuô e outros elementos sacros (Dossiê, p. 63). Esses elementos não são mera ornamentação e sim objetos que sinalizam e confirmam a sacralidade do local e que têm ainda a função, como as folhas de mariuô, de filtrar e limpar possíveis energias negativas. Por fim, de 2006 em diante, Pai Pote vem realizando o Bembé, o que, segundo o Dossiê de Registro e também conforme depoimentos que colhi na festa deste ano de 2019, tem feito com grande competência religiosa e política, sendo apontado como a pessoa que “levantou” o Bembé, tornando-o a celebração grandiosa que vemos hoje.

Nos anos 1960, teve início uma participação mais sistemática da municipalidade na celebração do Bembé por meio de apoio financeiro e também do exercício de um certo controle sobre os dias e horários dos ritos (MACHADO, 2014, apud Dossiê, p. 62). Entretanto, na maior parte da sua longa história, a festa foi viabilizada financeiramente pelas lideranças religiosas que compõem a sua cúpula diretiva, pelo povo de santo e pela população da cidade, que sempre contribuíram com doações registradas no chamado, e muito citado, Livro de Ouro (Dossiê, p. 58).

Os bens culturais associados ao Bembé do Mercado

Os bens e práticas sociais que acompanham o Bembé são muitos, mas pelo menos três estão associados à festa desde o seu começo, são tão célebres quanto ela, além de pilares da cultura popular local: o samba de roda, a capoeira e o maculelê, expressões culturais que dividem, desde sempre, o espaço público com o Barracão do Bembé. Como lembra D. Nicinha do Samba, antigamente, talas de dendê partidas ao meio demarcavam o Barracão, ficando de um lado o espaço para o samba de roda e maculelê e, do outro, o da capoeira (Dossiê, p. 87). Ainda segundo a famosa sambadeira, naquele tempo, só havia samba de roda, maculelê e capoeira durante o Bembé, o que acontecia nos intervalos entre as celebrações religiosas como ainda ocorre atualmente.

O samba de roda se mantém como presença importante na festa, atualmente, acontecendo num palco armado ao lado do Barracão, onde grupos locais e da região se apresentam. Mas no chão do Mercado, os que assistem a esses grupos e dominam as complexidades, variedades e sutilezas do samba de roda cantam e dançam muito, num espetáculo à parte que mostra como esses saberes estão enraizados e fazem parte do modo de ser e de viver da população do Recôncavo. O maculelê – forma de expressão que mistura de luta e dança com paus e que surgiu nos canaviais da região no século XVII – era praticado por João de Obá (Dossiê, p. 137) e também, desde então, por figuras célebres da cultura local.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento do Patrimônio Imaterial

Santo Amaro também possui grupos de capoeira e mestres notáveis da modalidade Angola do jogo, como Mestre Felipe Santiago e Mestre Adó, o mais velho em atividade, que são referências dentro e fora da região (Dossiê, p. 141). Esses grupos e seus mestres organizam rodas de capoeira durante o Bembé (e também na festa de Nossa Senhora da Purificação) como uma obrigação sagrada. Na realidade, as rodas de maculelê e de capoeira que ocorrem ao longo da celebração são precedidas por uma preparação ritual destinada a saudar ancestrais e a abrir caminhos (Dossiê, p. 142).

Entende-se, assim, que samba, capoeira e maculelê não podem faltar no Bembé.

Mas há ainda outras expressões e folguedos populares que se juntam ao Bembé, como a Burrinha, a Puxada de Rede, o Lindro Amor – cortejo feminino feito em devoção a Cosme e Damião. Há ainda o incrível folguedo chamado de “Negro Fugido”, do distrito de Acupe, que, na minha opinião, mereceria uma documentação própria. Trata-se de um teatro popular que tem como tema a fuga dos escravos dos engenhos de açúcar, no qual, como num jogo de pega-pega, capitães de mato perseguem negros fugidos, numa representação vívida da violência que perpassava a escravidão (Dossiê, p. 144).

Além dessas manifestações culturais tradicionais, a face profana do Bembé se desenvolve também, no Largo do Mercado, nas barraquinhas que são montadas para a venda de comidas, bebidas e artesanatos, em exposições e palestras que ocorrem ao longo da celebração em vários locais da cidade, como as que foram realizadas em 2019 no Recolhimento dos Humildes. Na igreja deste pequeno convento, nesta comemoração do aniversário de 130 anos do Bembé, foi realizada pelo pároco da cidade uma missa afro que reuniu as mais importantes autoridades religiosas do Candomblé da região, onde, a meu ver, explicitou-se e ampliou-se uma outra importante função política do Bembé: a de espaço de acolhimento ecumênico e de resistência à intolerância religiosa que, presentemente, assola o país. Nesta missa, que foi, sem dúvida, um dos momentos mais emocionantes do Bembé de 2019, pessoas de santo ofertaram ao Deus católico o que oferecem aos orixás, cantando, assim, ao som de atabaques:

“Quem disse que não somos nada,
que não temos nada a oferecer?
Repare nossas mãos abertas,
levando as ofertas do nosso viver...”

4. RECOMENDAÇÕES DE SALVAGUARDA

De acordo com os princípios que regem a política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, a produção de conhecimento realizada ao longo do processo de Registro permite que os pesquisadores envolvidos e comunidade detentora realizem uma análise



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento do Patrimônio Imaterial

da situação em que se encontra o bem cultural e das condições materiais, ambientais e sociais que possibilitam sua existência, identificando possíveis fragilidades e ameaças à sua continuidade.

Embora o Bembé do Mercado de Santo Amaro seja muito prestigiado e não enfrente risco de desaparecimento, foi identificada a necessidade de desenvolvimento de ações para a salvaguarda deste bem cultural destinadas ao combate à intolerância religiosa que crescentemente afeta as religiões de matriz africana; à ampliação da documentação sobre sua história e memória e à divulgação dessa documentação; a um melhor ordenamento do espaço público onde a celebração se realiza; à sua sustentabilidade e ao apoio financeiro às expressões tradicionais que lhe são associadas e, por fim, ao fortalecimento do caráter religioso da festa.

No que toca à intolerância religiosa, sugere-se o estreitamento da relação da Associação Beneficente do Mercado de Santo Amaro, que organiza a festa, com o poder público, municipal, estadual e federal, com vistas à defesa da festa e contra os que atacam os direitos conquistados por grupos étnicos e comunidades tradicionais (Dossiê, p. 149).¹³ O parecer técnico elaborado por Desirée Tozi (p. 11) aponta também a necessidade da realização de ações afirmativas e de valorização das religiões de matriz africana por parte do poder público, como um antídoto contra o discurso desqualificador que grupos religiosos neopentecostais vêm proferindo sobre o Candomblé. Essas ações podem ter o impacto positivo de manter os fiéis que tradicionalmente praticam o candomblé, facilitando, como observa a historiadora, a transmissão de saberes vinculados à festa, bem como a interação geracional (Parecer ad hoc, p. 12).

As ações destinadas a aprofundar e ampliar a documentação sobre o Bembé, inclusive no que toca aos vários personagens da festa cujas memórias não foram ainda registradas, são vistas como fundamentais para o fortalecimento dos seus aspectos culturais e religiosos e também como uma forma de minimizar os impactos da rejeição causada pela intolerância religiosa. Propõe-se, assim, a implantação de uma Casa da Memória do Bembé do Mercado em imóvel situado no largo onde a celebração é realizada, que possa funcionar como um centro de pesquisa, um local de registro e de formação de acervo a ser disponibilizado ao público e difundido mediante exposições, materiais didáticos, revistas, filmes, sites, folders, mídias digitais, dentre outras possibilidades (Dossiê, p. 150-151). Neste ponto, cabe observar a importância de que projetos de requalificação do Largo do

¹³ Direitos assegurados pela Lei 7.716/1989.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento do Patrimônio Imaterial

Mercado levem em conta a realização do Bembé neste espaço, não como algo simplesmente eventual, mas como uma celebração que já é indissociável deste local.

O ordenamento adequado do Largo do Mercado e de suas imediações durante os festejos anuais do Bembé é visto também por todos como fundamental para o fortalecimento da festa (Dossiê, p. 149-150). Envolve a mudança de localização de barracas da feira permanente, dentre outras providências, como iluminação adequada, reforço da segurança pública e instalação de banheiros químicos. Em suma, providências que demandam planejamento e implementação mais adequados, especialmente no que toca ao tratamento dispensado aos comerciantes que devem ser deslocados (Dossiê, p. 151).

As ações propostas para a melhoria das condições sociais e materiais que possibilitam a continuidade do Bembé ou, em outras palavras, a sua sustentabilidade, dirigem-se principalmente às comunidades dos terreiros que o realizam e estão voltadas, principalmente, para sua capacitação e formação com vistas à geração de renda (Dossiê, p. 151). Sugere-se a realização de cursos e oficinas articulados aos saberes que essas comunidades dominam e que estão ligados ao Bembé, como corte e costura, confecção de rendas e bordados, culinária afro-brasileira, música, luteria para instrumentos de percussão, além de capacitação para a montagem de negócios no campo da economia criativa (Dossiê. P. 151).

As manifestações culturais associadas ao Bembé de modo permanente, como o samba de roda, a capoeira e o maculelê, são contempladas, por sua vez, com recomendações direcionadas a um apoio financeiro mais adequado à importância de sua participação (Dossiê, p. 152). Sugere-se que grupos externos somente sejam apoiados financeiramente pelo poder público se demonstrarem afinidades com a festa, tenham espaço definido e tempo limitado de exibição, de modo a não interferirem no seu desenvolvimento. Por fim, que ofereçam contrapartida em troca da participação (Dossiê, p. 152).

O fenômeno de expansão da festa a partir do seu crescimento e apropriação turística é também objeto de reflexão e de proposição de ações de salvaguarda. A fim de evitar os riscos de hipertrofia e de espetacularização que, frequentemente, decorrem desse tipo de apropriação, aposta-se no fortalecimento da natureza e da essência religiosa do Bembé, por meio da realização de palestras, debates e estudos, que possam funcionar como espaços de diálogo e debates contínuos com o povo de santo (Parecer ad-hoc, p. 12). Como assinala Desirée Tozi, no parecer técnico que analisa o processo (p. 11), o Bembé enfrenta, assim, “novos desafios de negociação”, dentre os quais surgem como importantes aqueles vinculados à realização dos ritos que ancoram a eficácia do



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento do Patrimônio Imaterial

Candomblé como religião. Afinal, o que não se quer é a transformação do Bembé numa festa de largo.

Os organizadores do Bembé do Mercado, contudo, já avançaram consideravelmente em um aspecto que é de suma importância para o estabelecimento de um plano que reúna essas ações de salvaguarda: o da sua própria institucionalização. A Associação Beneficente do Mercado de Santo Amaro, como já apontado, tem personalidade jurídica, os reúne e representa a organização da celebração, o que facilita a interlocução com o poder público. Ademais, após o reconhecimento dessa celebração como Patrimônio Cultural do Estado da Bahia, foi constituído um Comitê Gestor, composto por detentores da festa e representantes do poder público, inclusive o IPHAN, o que é uma condição fundamental para a implementação de um plano dessa natureza (Dossiê, p. 12).

5. CONCLUSÃO

As festas têm origem no impulso humano de comunhão com o sagrado, geralmente, por meio da reatualização de um acontecimento mítico que funda uma comunidade, como aponta o historiador das religiões Mircea Eliade (1992, p 38-49)¹⁴. Elas marcam uma ruptura no tempo “ordinário” do cotidiano, instaurando um tempo “reversível” e sempre renovado no qual o sagrado de novo acontece. O tempo “festivo” rompe, assim, a monotonia do dia-a-dia e tem o poder de sacralizar e distinguir o espaço onde a celebração tem lugar, assim como os construtos, objetos e atos que lhe são vinculados. As celebrações coletivas são, assim, poderosos “marcadores” de espaços físicos e sociais, bem como instituidoras de lugares e territórios aos quais estão associados memórias, identidades e sentimentos de pertencimento.

O potencial simbólico das celebrações é, assim, incomensurável. Como eventos enraizados no tempo e no espaço, são ainda indicadores preciosos de fenômenos socioculturais indissociáveis da história, da economia, das relações de poder e da organização das sociedades humanas. Por isso, podem ser vistas como “fatos sociais totais”, conforme o conceito forjado por Durkheim e Mauss. A noção de patrimônio cultural imaterial tem sido uma ferramenta ideológica importante para a valorização desse tipo de legado social e cultural, visto antes no campo da preservação como “menor” ou “sem excepcionalidade”. Tem favorecido também processos de salvaguarda mais centrados no ser humano como intérprete e produtor de cultura.

¹⁴ ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**; [tradução Rogério Fernandes]. São Paulo: Martins Fontes, 1992



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento do Patrimônio Imaterial

Na legislação brasileira que institucionaliza esta noção, a categoria “Celebrações” tem destaque, designando os “rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social”.¹⁵ A patrimonialização de celebrações, se desejada e ancorada em base social comprometida, como é o caso do Bembé do Mercado de Santo Amaro, pode ser uma via de resistência a abusos, especialmente os de natureza comercial, ou, pelo menos, de busca de equilíbrio entre os vários interesses simbólicos, identitários, políticos, econômicos e culturais que convergem para as festas. O registro e a documentação de sua memória e configuração passada e presente já constituem iniciativas de valorização, pois ressaltam o seu caráter de documentos históricos dos processos que movem grupos sociais e sociedades no seu perpétuo caminhar. Mas, acima de tudo, a patrimonialização pode significar a manutenção ou a retomada da festa como espaço de encontro, de celebração do sagrado, de preservação de tradições e de criação.

Como enfatiza-se no Dossiê de Registro do Bembé do Mercado de Santo Amaro (p. 146), estamos, ademais, diante de uma celebração única. Esta singularidade decorre, entre outros aspectos, do fato de o Bembé ser uma celebração que surge com uma natureza a um só tempo cívica, política e religiosa, pois comemora o Treze de Maio e o fim do estatuto legal da escravidão, afirma o direito dos libertos de ocuparem o seu lugar na sociedade brasileira e no espaço público e retribui às divindades dos cultos afro-brasileiros o sustento da vida em tempos duros do passado e do presente. A dimensão cívica e política do Bembé é, de fato, essencial na sua formação, pois, foi, como ressaltado neste dossiê (p. 146), um “ato de revolução, de insubmissão, de consolidação autêntica da liberdade”, e também de resistência à continuidade das práticas escravagistas, das proibições, das perseguições e da própria negação da existência civil do povo negro após a Abolição. Cabe ainda acrescentar: de luta diante das duras condições sociais e econômicas, da baixa inserção no mercado de trabalho, das condições precárias de moradia e de acesso à educação e à saúde, que ainda hoje atingem os descendentes dos egressos da escravidão no Recôncavo, na Bahia e em todo o Brasil.

O Bembé é ainda um ato de tomada de posse e de regência temporária, mediante a realização pública e livre de práticas religiosas longamente reprimidas, de um espaço urbano ligado às formas de sobrevivência e de construção de sociabilidades do povo negro desde os tempos da escravidão: o Mercado da cidade de Santo Amaro. Tomada de posse que, contemporaneamente, em face dos constantes atos de intolerância religiosa que se assiste no Brasil, recupera e renova o sentido fundamental dessa celebração como ato que reafirma o direito dos descendentes da diáspora negra de existir e de expressar publicamente sua identidade e seus modos de vida.

¹⁵ Artigo 1º, inciso II, do Decreto n. 3.551, de 04 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Departamento do Patrimônio Imaterial

A singularidade e unicidade do Bembé expressa-se, por fim, de modo contundente na sua dimensão religiosa, como um Candomblé de rua, cuja realização implica a transformação de Santo Amaro num terreiro, cujas entradas são protegidas e em cujo centro planta-se o axé e arma-se o mastro que a constituem como território sagrado e a refundam como espaço da religião afro-brasileira. Ainda no que toca a essa dimensão, o Bembé é único como celebração de conagração de todas as vertentes dos cultos de matriz africana e, portanto, como assinalado no Dossiê de Registro (p. 94-95), um espaço importante de preservação e de reprodução do repertório – musical e poético – de toques e cantos vinculados às tradições Angola/Congo, Ketu/Nagô, Jêje/Fon e também dos provenientes dos Candomblés de Caboclo e da Umbanda. O Bembé é, assim, um “encontro multicultural e pluriteológico” único no Brasil (Dossiê, p. 95).

Como toda celebração desse porte e importância, o Bembé do Mercado reúne e expõe, nos dias em que se realiza, as expressões culturais tradicionais mais importantes, ricas, diversas e valiosas do Recôncavo Baiano, que encontram nessa celebração um espaço importante de difusão, reprodução e também de expressão dos seus vínculos com o sagrado. O Bembé é, portanto, um valioso documento histórico da trajetória do povo negro, da sua resistência à escravidão, à subalternização e da maneira como inventaram um sentido próprio de poder e liberdade. É, assim, como assinalado por Desirée Tozi (Parecer ad hoc, p. 13), um “bem cultural repleto de significados”.

Por essas e pelas demais razões expressas neste parecer, pronuncio-me favoravelmente e recomendo o Registro do Bembé do Mercado de Santo Amaro, na Bahia, no Livro de Registro das Celebrações criado pelo Decreto nº 3.551/2000, como Patrimônio Cultural do Brasil. Esta celebração se assim reconhecida, corresponderá à primeira relacionada às religiões de matriz africana a ser inscrita neste livro. Assinalo, por fim, que o Bembé é, sem dúvida, mais um presente de história, de vida e de cultura que a Bahia oferece ao Brasil.

É o Parecer, que submeto ao egrégio Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Brasília, 13 de junho de 2019 (dia em que se celebra Santo Antônio e Ogum).

Márcia Sant'Anna

Doutora em Arquitetura e Urbanismo

Conselheira do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.